

BOLETIM DO OBSERVATÓRIO EPIDEMIOLÓGICO



CIATEN

Centro de Inteligência em Agravos
Tropicais, Emergentes e Negligenciados



Tema:

Caracterização da Carga de
Hanseníase no Piauí, 2020.

Autores:

Olívia Dias de Araújo

Jonas Alves Cardoso

André Felipe de Castro Pereira Chaves

Antônia Almeida Araújo

Ellen Cristina da Costa Leite Sousa

Luciana Spindola Monteiro Toussaint

Michelle Santos Macêdo

Eliracema Silva Alves

Rosineidia do Perpetuo Socorro de Araújo

CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM AGRAVOS TROPICAIS, EMERGENTES E NEGLIGENCIADOS - CIATEN

Instituto de Doenças do Sertão-Prevenção e Saúde Pública
CNPJ: 08.177.554/0001-70
Rua Gov. Arthur de Vasconcelos, 151, Centro, 64001-450, Teresina, Piauí
E-mail: ciaten.ids@gmail.com - Site: <http://ciaten.org.br/>

Boletim do Observatório Epidemiológico
Tema: Caracterização da Carga de Hanseníase no Piauí, 2020.
Volume 2, Número 4, Out.-Dez. 2021

Editor Geral
Carlos Henrique Nery Costa

Editores Executivos
Bruno Guedes Alcoforado Aguiar
Francisca Miriane de Araújo Batista

Autores
Olívia Dias de Araújo
Jonas Alves Cardoso
André Felipe de Castro Pereira Chaves
Antônia Almeida Araújo
Ellen Cristina da Costa Leite Sousa
Luciana Spindola Monteiro Toussaint
Michelle Santos Macêdo
Eliracema Silva Alves
Rosineidia do Perpetuo Socorro de Araújo

Comitê Editorial
Dorcas Lamounier Costa
Fábio Solon Tajra
Andressa Barros Ibiapina

Parceiros
Universidade Federal do Piauí
Secretaria de Estado da Saúde do Piauí
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí

Diagramação
Brenda Caroline Melo Sousa

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde

Boletim do Observatório Epidemiológico / Centro de Inteligência
em Agravos Tropicais, Emergentes e Negligenciados – Vol. 2, n.
4 (out./dez. 2021)- . – Teresina, PI: EDUFPI, 2021 - 27 p.

Trimestral
ISSN 2763-5880

1.Epidemiologia. I. Centro de Inteligência em Agravos Tropicais,
Emergentes e Negligenciados.

CDD 614.4



A PRESENTAÇÃO

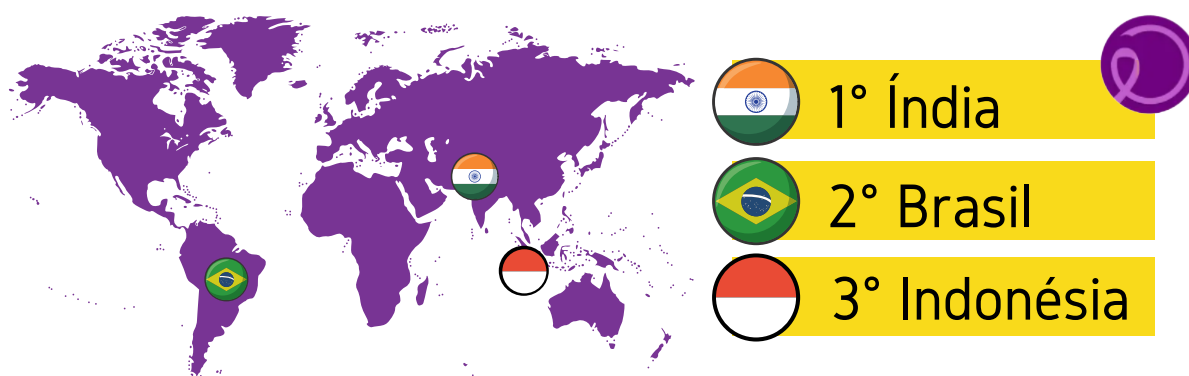


O Boletim do Observatório Epidemiológico, desenvolvido pelo Programa Estadual de Controle da Hanseníase da Secretária de Estado da Saúde do Piauí em parceria com o Centro de Inteligência em Agravos Tropicais, Emergentes e Negligenciados e pelo Grupo de “Pesquisa Operacional, Inovação e Tecnologia em Doenças Tropicais Negligenciadas e Saúde do Adolescente” apresenta aos gestores, trabalhadores, discentes, docentes, pesquisadores e profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde os principais indicadores epidemiológicos da Hanseníase em 2020 no Piauí. Com esta edição, pretendemos oferecer subsídios e informações técnicas que julgamos indispensáveis à definição de prioridades, à superação de desafios, ao campo de pesquisas e ao planejamento das ações voltadas para a saúde pública do Piauí.

A hanseníase é uma doença infecciosa e contagiosa com alto poder incapacitante que acomete, principalmente, a população economicamente ativa. Nesse sentido, a introdução da poliquimioterapia (PQT) de forma universal e gratuita impactou positivamente na prevalência da doença e de suas consequências, bem como contribuiu para a reorganização do processo de trabalho frente aos programas de controle e eliminação da hanseníase. Todavia, registros ainda apontam a hanseníase como um problema de saúde pública a ser eliminada no mundo e no Brasil (WHO, 2019; RIBEIRO et al., 2018).



No contexto mundial em 2019 foram registrados 202.256 casos novos, 79% da carga da doença encontra-se na Índia, Indonésia e Brasil. Neste mesmo período, o Brasil ocupava a segunda colocação no ranking mundial do número absoluto de casos novos da doença (27.863), ficando atrás apenas da Índia (114.451) (WHO, 2021a).



A principal estratégia para a redução do impacto da hanseníase baseia-se na organização de uma rede de atenção que oportunize a integração das ações de controle e detecção precoce de casos novos para a interrupção a cadeia de transmissão da doença, bem como o tratamento com o esquema adequado de poliquimioterapia, a prevenção de incapacidades físicas e a vigilância dos contatos domiciliares na atenção primária à saúde (BARRETO et al., 2018).

Devido ao acometimento de nervos periféricos, com alterações sensitivas, motoras ou autonômicas em pessoas com a infecção por *Mycobacterium leprae*, a avaliação da função neural na Hanseníase é de grande importância, e a avaliação do grau de incapacidade física (GIF) é um parâmetro relevante. O GIF pode variar entre 0, 1 e 2, sendo o GIF2 o de maior gravidade.

O Brasil registrou, entre 2010 a 2019, 301.638 casos novos, revelando, em 2019, uma taxa de detecção de 13,23 para 100.000 habitantes, e uma taxa de prevalência de 1,50 para cada 10.000



habitantes. No mesmo ano, a taxa de detecção em menores de 15 anos foi de 3,44 para 100.000 habitantes. Nessa mesma década, foram diagnosticados 20.700 casos novos de hanseníase com GIF2, sendo que em 2019, a taxa de GIF2 no país foi de 11,16 para 1.000.000 de habitantes. O estado do Piauí registou, de 2015 a 2019, 4.872 casos novos da doença. Nesse mesmo período, a taxa de detecção de casos novos na população geral foi de 27,15/100.000 habitantes. Já as taxas de detecção em menores de 15 anos e de GIF2 em 2019 foram, respectivamente, 6,48/100.000 habitantes e 12,69/1.000.000 de habitantes (BRASIL, 2021). Um outro aspecto importante foi a apresentação dos clusters que evidenciaram um significativo número de municípios piauienses com padrão de endemicidade.

As autoridades de saúde tanto da esfera nacional como internacional, preocupadas com a hanseníase e suas consequências individuais e sociais, desenvolvem estratégias de prevenção importantes como, por exemplo, a Estratégia Global de Hanseníase 2021–2030 “Rumo a zero hanseníase” que foi criada com o objetivo central de interrupção da transmissão e eliminação da doença (WHO, 2021b).

Com esta edição, intencionamos apresentar dados epidemiológicos de hanseníase no Piauí, para que sirvam como mecanismo de divulgação de informação e auxiliem o delineamento de estratégias de intervenção que promovam a extinção da cadeia de transmissão da doença.



Estudo ecológico sobre a morbidade da Hanseníase no Piauí no ano de 2020. Os dados foram extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), da base da Secretaria Estadual de Saúde do Piauí. Os dados populacionais foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) oriundas da projeção do ano estudado.

Utilizou-se o programa Microsoft Office Excel 2016 para organização dos dados, construção dos indicadores e elaboração de gráficos. Para a análise espacial foi utilizado o aplicativo QGis versão 2.18 (Disponível em: https://www.qgis.org/pt_BR/site/).

Foram analisados os seguintes indicadores e variáveis: taxa de detecção anual de casos novos na população geral, taxa de detecção anual de casos novos de hanseníase, na população de zero a 14 anos e com GIF 2; Proporção de casos novos por sexo; Proporção de casos por etnia/raça; Proporção de casos novos por classificação operacional; Proporção de casos novos por grau de incapacidade física (GIF); Proporção de contatos examinados segundo classificação operacional; proporção de casos com GIF avaliado no diagnóstico e na cura.

Dados populacionais foram obtidos do IBGE (IBGE, 2018), oriundo da projeção para o ano estudado.

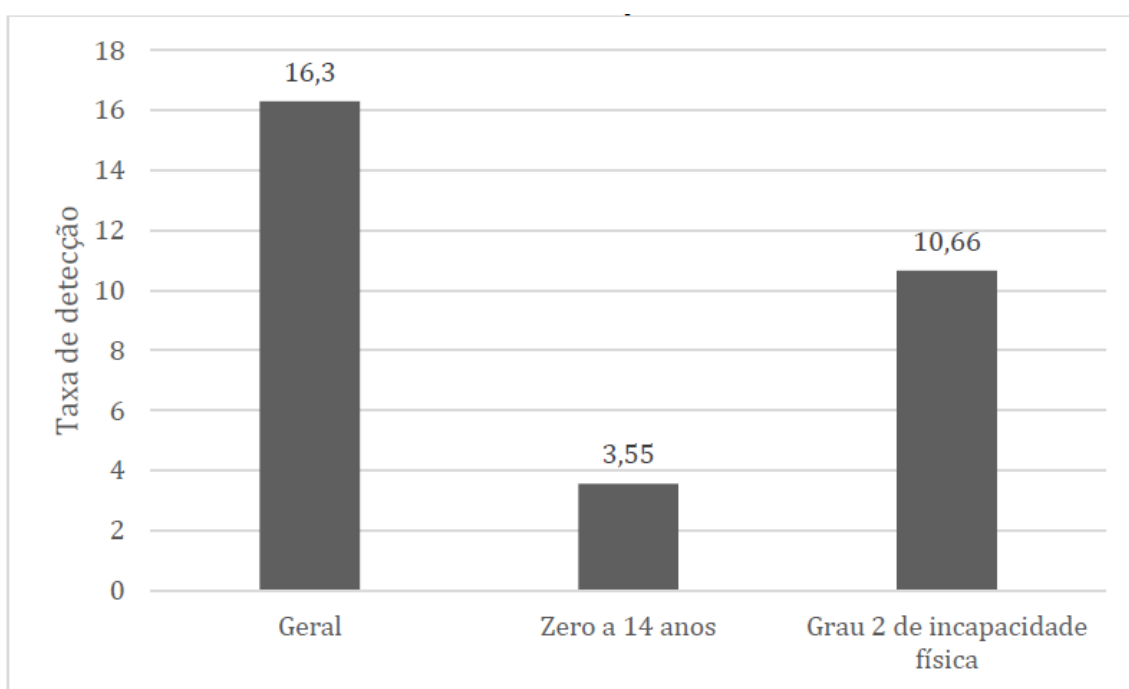
Este boletim utilizou dados secundários, de acesso público e sem identificação de sujeitos, portanto, não houve necessidade de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS



No ano de 2020, foram notificados 535 casos novos de Hanseníase no estado do Piauí; destes, 26 (4,86%) casos foram registrados em menores de 15 anos e 34 (5,18%) notificações de recidivas da doença. O Piauí apresentou taxa de detecção geral de 16,30/100.000 hab. e taxa de detecção na população de zero a 14 anos de 3,55/100.000 hab., consideradas altas para o período (BRASIL, 2020). A taxa de casos novos com grau 2 de incapacidade física no diagnóstico foi de 10,66/100.000 hab. (Figura 1).

Figura 1 - Taxas de detecção de casos novos de Hanseníase em população geral, zero a 14 anos e com Grau 2 de incapacidade física, Piauí, 2020. N=535

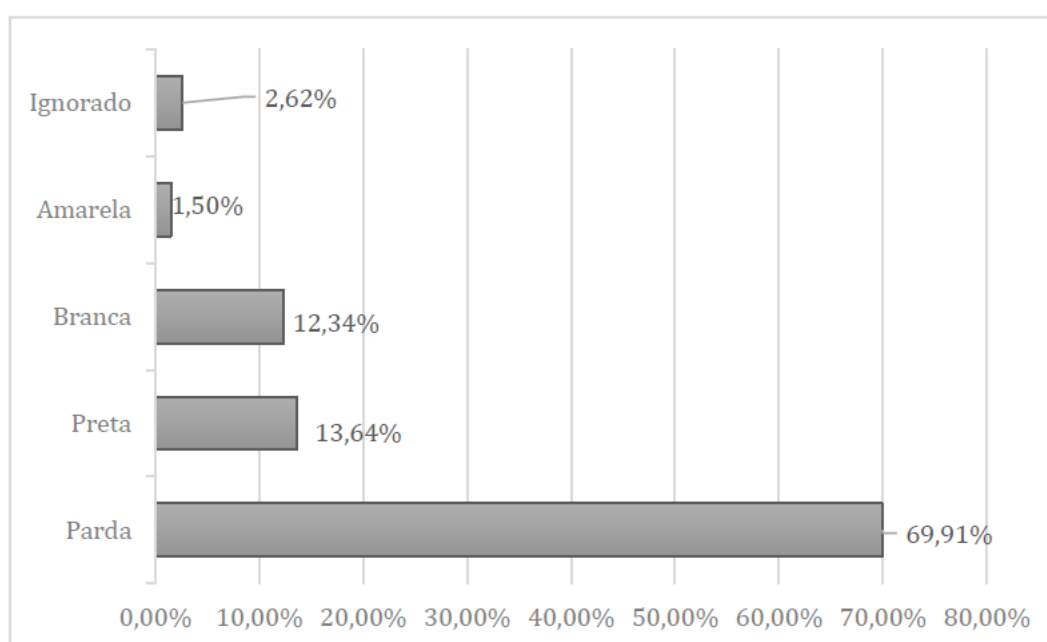


Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.



A proporção de casos novos de hanseníase no Piauí por etnia/raça é apresentada na Figura 2. Houve predomínio da cor parda (69,91%), seguido da etnia preta (13,64%), brancos (12,34%) e amarela (1,50%) no momento do diagnóstico. Os registros apresentaram dados em branco ou ignorados sobre etnia/raça representando 2,69% do total de casos.

Figura 2 - Proporção de casos novos de Hanseníase por etnia/raça, Piauí, 2020. N=535



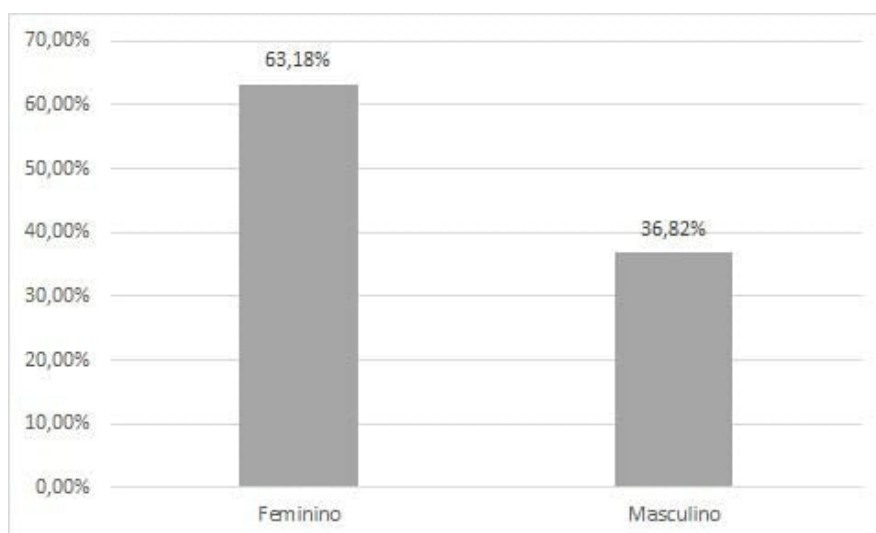
Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.

A distribuição dos casos novos de Hanseníase por sexo apresentada na Figura 3, mostra que ocorreu maior proporção em pessoas do sexo feminino (63,18%).





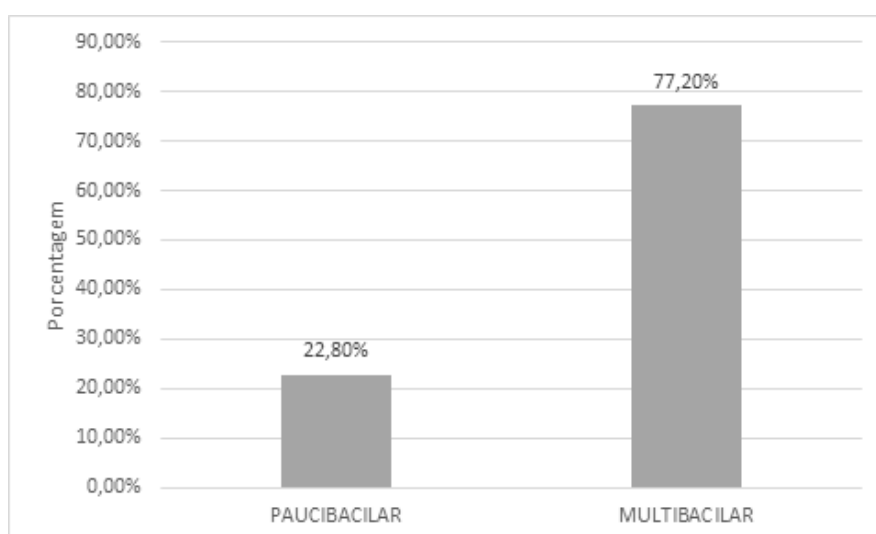
Figura 3 - Proporção de casos novos de Hanseníase por sexo, Piauí, 2020. N=535



Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.

Acerca da classificação operacional da hanseníase, do total de casos novos diagnosticados em 2020 no Piauí, predominou a forma multibacilar (77,2%) (Figura 4).

Figura 4 - Proporção de casos novos de Hanseníase por classificação operacional, Piauí, 2020. N=535

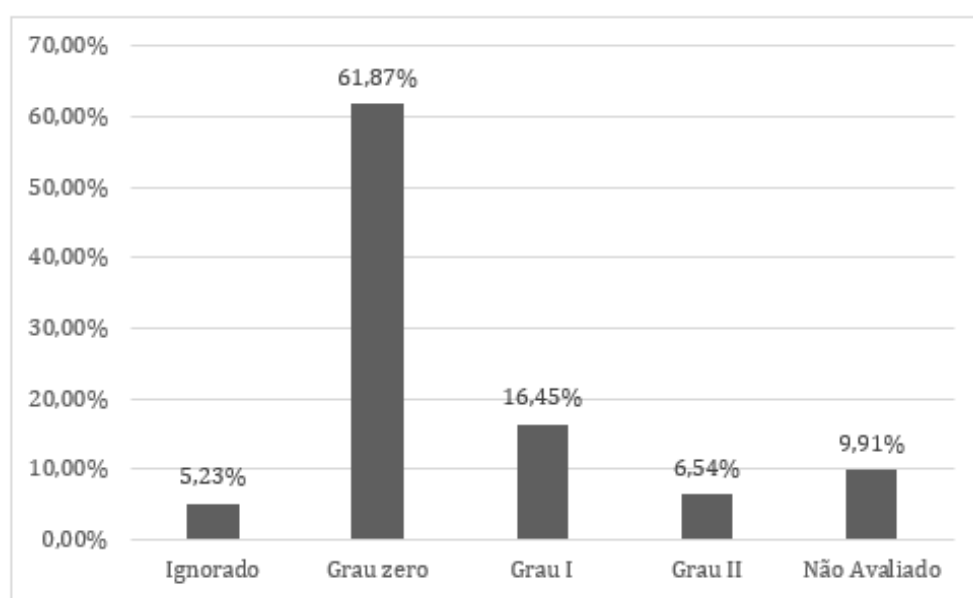


Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.



Em relação ao GIF apresentado na figura 5, entre os casos novos diagnosticados no ano de 2020, houve predomínio do Grau zero de Incapacidade Física, com 61,87% de todos os casos notificados, seguido de Grau I (16,45%) e Grau II (6,54%). Os registros ignorados e/ou branco representam 5,23% dos registros e não avaliados foram 9,91% do total (Figura 5).

Figura 5 - Proporção de casos novos de Hanseníase por grau de incapacidade física, Piauí, 2020. N=535



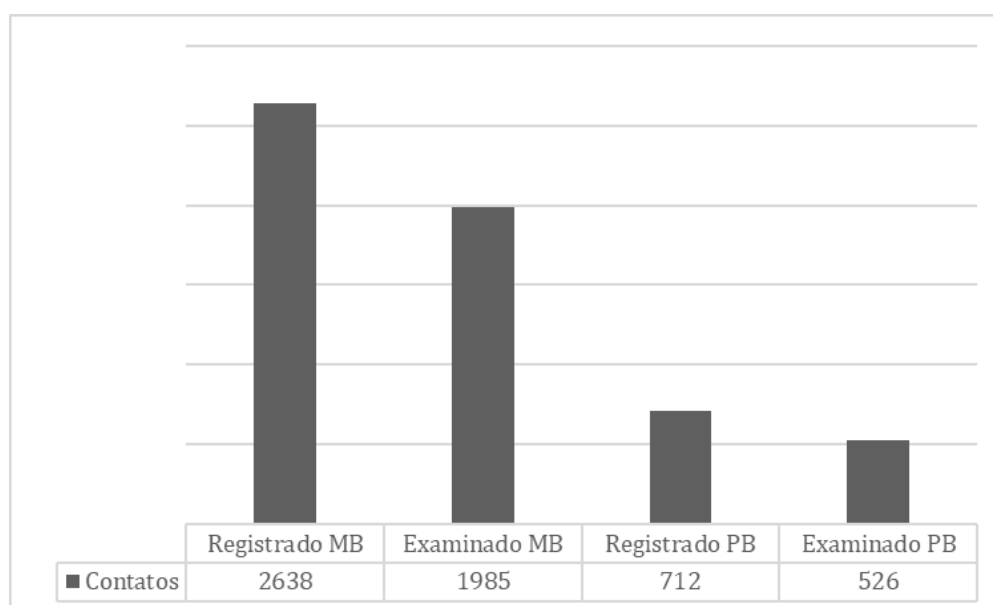
Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.

A Figura 6 mostra a proporção de contatos registrados e examinados segundo classificação operacional no ano de 2020. Foram registrados 2638 contatos de casos novos de hanseníase classificados como Multibacilares (MB) e 1985 destes foram avaliados. Os contatos de casos novos de hanseníase paucibacilares



(PB) corresponderam a 712 casos e 526 destes foram examinados por serviços de saúde (Figura 6).

Figura 6 - Contatos registrados e examinados de hanseníase no estado do Piauí, 2020.

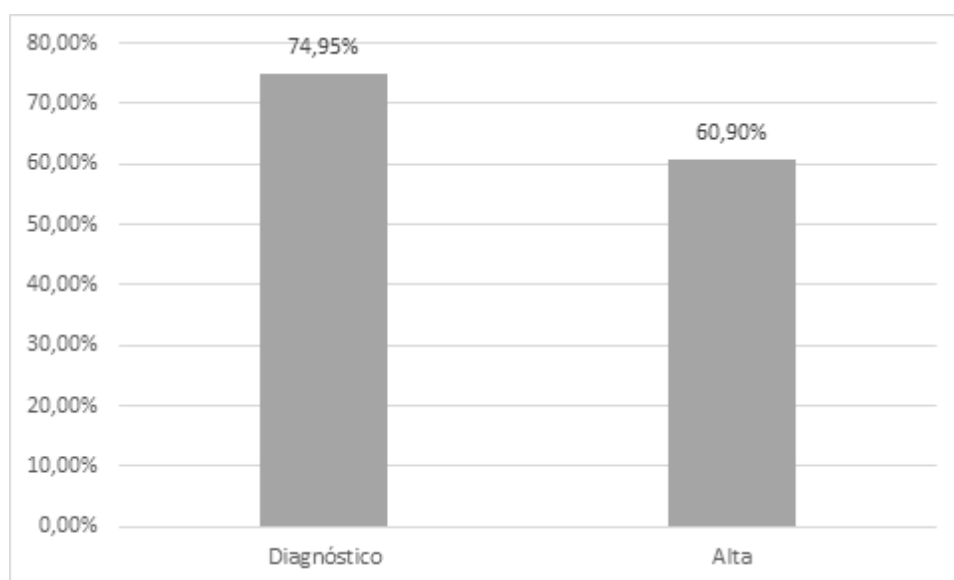


Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.

A Figura 7 apresenta a proporção de casos com GIF avaliados entre os casos novos de hanseníase no momento do diagnóstico e entre os curados em 2020. Os casos com GIF avaliados no momento do diagnóstico corresponderam a 74,95% do total e 60,90% foram avaliados no momento da alta da PQT.



Figura 7 - Proporção de casos novos de hanseníase com GIF avaliado no momento do diagnóstico e da cura, Estado do Piauí, 2020.



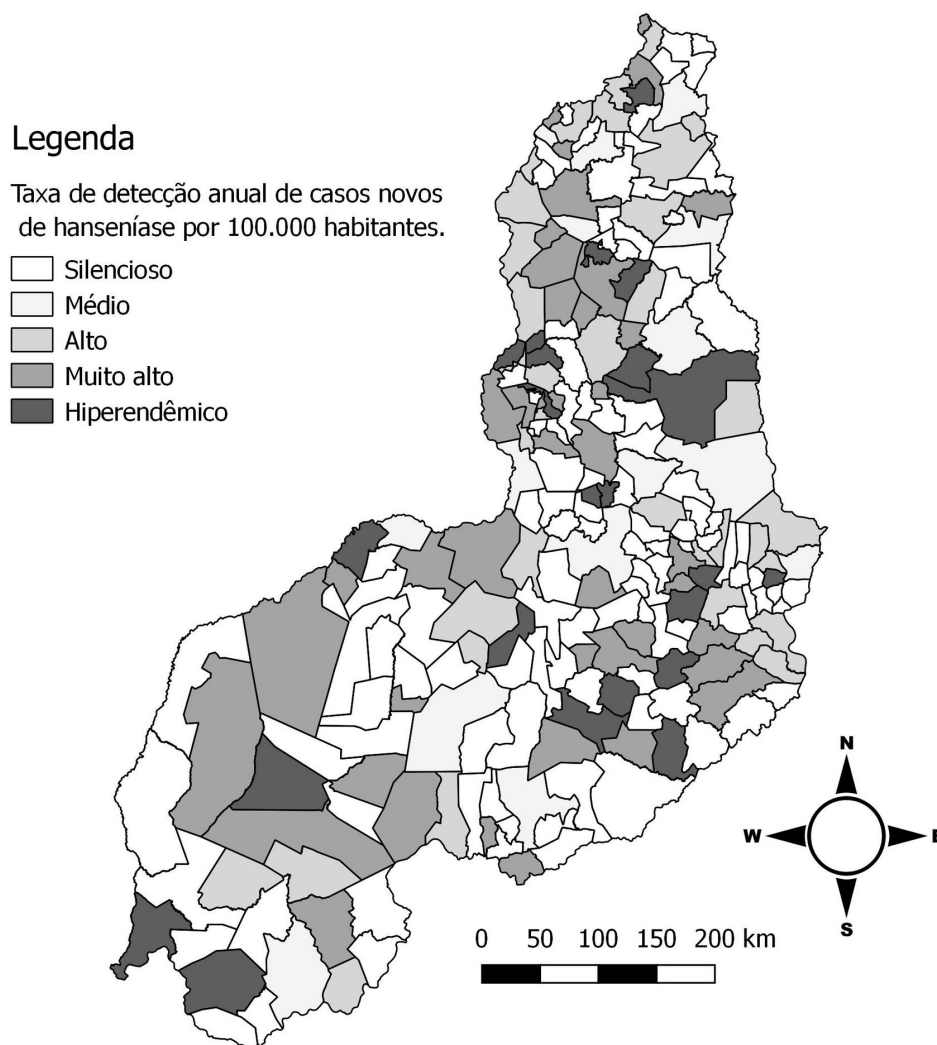
Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.

Observa-se na Figura 8 um relevante número de municípios que apresentam padrões de hiperendemicidade. As áreas em branco representadas pelo ícone silencioso significam que não houve casos notificados de hanseníase no SINAN.





Figura 8 - Mapa com a taxa de detecção geral por municípios do Estado do Piauí, 2020.



Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.

A taxa de detecção geral com padrão de hiperendemicidade ($>40,00/100.000$ hab.) esteve presente em 24 municípios (Alegrete do Piauí; Barra D'Alcântara; Barreiras do Piauí; Caxingó; Conceição do Canindé; Corrente; Currais; Demerval Lobão; Flores do Piauí; Geminiano; Itainópolis; Jatobá do Piauí; Lagoa do Barro do Piauí; Lagoa do Piauí; Miguel Leão; Nazária; Nossa Senhora de Nazaré;



Nova Santa Rita; Olho d'Água do Piauí; Porto Alegre do Piauí; São João da Serra; São João do Piauí; São Miguel do Tapuio; Várzea Grande) (Figura 8).

Apresentaram taxa de detecção geral muito alto (20,00 a 39,99/100.000 hab.) 42 municípios (Altos; Anísio de Abreu; Antônio Almeida; Aroeiras do Itaim; Baixa Grande do Ribeiro; Barras; Barro Duro; Bom Jesus; Buriti dos Lopes; Campinas do Piauí; Campo Maior; Capitão Gervásio Oliveira; Coivaras; Colônia do Gurguéia; Colônia do Piauí; Cristino Castro; Curimatá; Domingos Mourão; Elesbão Veloso; Fartura do Piauí; Floriano; Guaribas; Ilha Grande; Jacobina do Piauí; Jardim do Mulato; Jerumenha; João Costa; José de Freitas; Lagoa Alegre; Lagoinha do Piauí; Madeiro; Novo Santo Antônio; Paes Landim; Palmeirais; Patos do Piauí; Paulistana; Picos; Prata do Piauí; São João do Arraial; São Pedro do Piauí; Simplício Mendes; Uruçuí) (Figura 1).

A alta taxa de detecção geral (10,00 a 19,99/100.000 hab.) esteve relacionada a 34 municípios (Água Branca; Alagoinha do Piauí; Alto Longá; Angical do Piauí; Assunção do Piauí; Caracol; Caridade do Piauí; Cocal dos Alves; Curral Novo do Piauí; Inhumas; Itaueira; Jaicós; Joaquim Pires; Júlio Borges; Luzilândia; Miguel Alves; Monsenhor Gil; Monte Alegre do Piauí; Murici dos Portelas; Nazaré do Piauí; Parnaíba; Pio IX; Piracuruca; Piripiri; Porto; Redenção do Gurguéia; Rio Grande do Piauí; Santo Antônio de Lisboa; São Julião; Sigefredo Pacheco; Simões; Sussuapara; Teresina; União) (Figura 1).



Quinze municípios (Amarante; Cabeceiras do Piauí; Canto do Buriti; Castelo do Piauí; Cocal; Esperantina; Fronteiras; Guadalupe; Matias Olímpio; Oeiras; Parnaguá; Pedro II; Pimenteiras; São Raimundo Nonato; Valença do Piauí) apresentaram taxa de detecção geral média (2,00 a 9,99/100.000 hab.) (Figura 1).

Não houve registro de municípios classificados com taxa de detecção geral baixa (<2,00/100.000 hab.).

A Figura 9 apresenta a taxa de detecção de casos novos de hanseníase na população de zero a 14 anos por 100.000 habitantes. Esse constitui um dado importante para avaliar a cadeia de transmissão da doença.

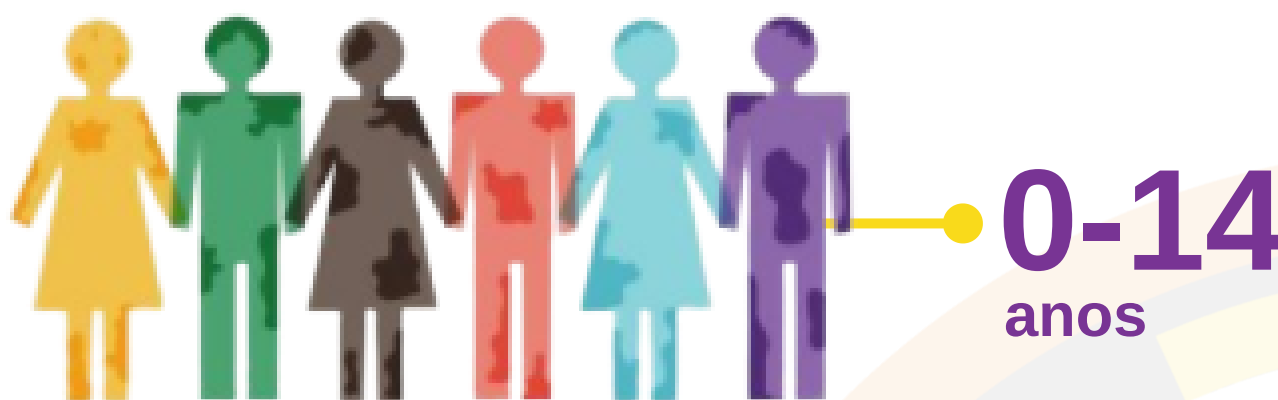
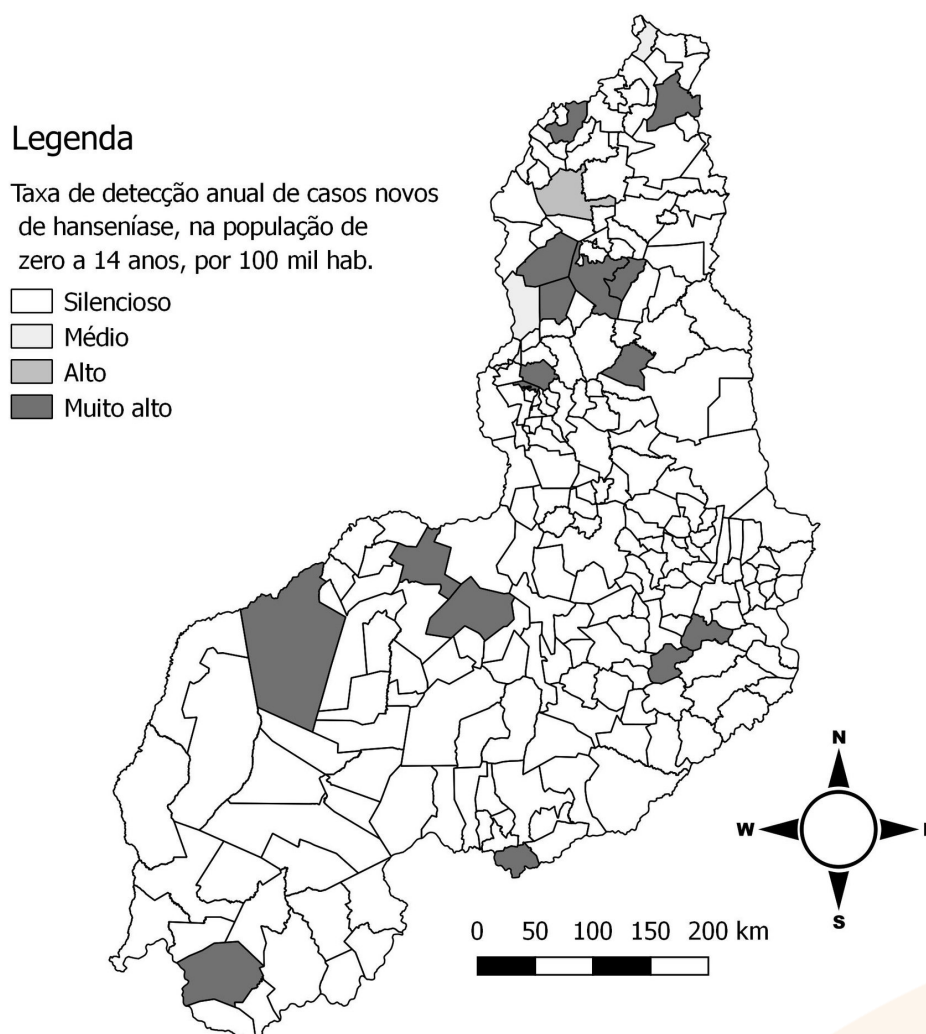




Figura 9 - Mapa com a taxa de detecção anual de casos novos de hanseníase, na população de zero a 14 anos, por 100 mil hab. por município no Estado do Piauí, 2020.



Fonte: SINAN/SESAPI, 2021.

A taxa de detecção entre população de zero a 14 anos apresentou padrão hiperendêmico ($> 10,00/100.000$ hab.) em 16 municípios (Altos; Campo Maior; Cocal; Conceição do Canindé; Corrente; Fartura do Piauí; Itaueira; Jatobá do Piauí; Jerumenha; José de Freitas; Luzilândia; Miguel Leão; Monsenhor Gil; Patos do



Piauí; São João da Serra; Uruçuí) (Figura 9).

Um dos municípios (Barras) apresentou taxa de detecção entre população de zero a 14 anos com parâmetro muito alto (5,00 a 9,99/100.000 hab.) e dois outros municípios (Teresina; Parnaíba) com parâmetro alto (2,50 a 4,99/100.000 hab.). Não foram observados municípios com taxas de detecção com parâmetro médio (0,50 a 2,49/100.000 hab.) ou baixo (<0,50/100.000 hab.). Em 2020, 109 municípios foram considerados silenciosos frente ao padrão alto no Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A hanseníase se mantém como um grave problema de saúde pública no Piauí. A convivência com a pandemia de COVID-19 pode ter afetado ainda mais esse cenário. Será necessário o desenvolvimento de novas pesquisas para mensurar os efeitos da pandemia sobre esse agravamento.

Este estudo demonstrou que a enfermidade está fora de controle no Piauí, com parâmetros de detecção hiperendêmico polarizados por todo o Estado. Taxas de detecção na população geral, na população entre zero e 14 anos e de pessoas com GIF 2 são altas em todo o Estado.

O grande número de pessoas atingidas pela hanseníase demonstra a necessidade de reavaliação, fortalecimento e melhorias sistemáticas na Atenção Primária à Saúde (APS), sobretudo no tocante à assistência às pessoas com doenças negligenciadas.

Dessa forma, aprimorar as ações da APS e tornar a comunidade participativa em relação à prevenção e controle da hanseníase é primordial para um diagnóstico oportuno e prevenção de incapacidades, bem como a diminuição do estigma e preconceito relacionados à hanseníase.

ENCAMINHAMENTOS PARA A PRÁTICA

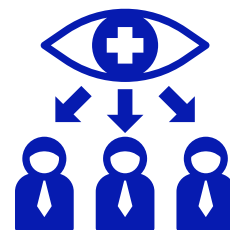


Esta análise sugere alguns encaminhamentos para o controle e eliminação dos casos de hanseníase no Piauí, a saber:

Implementar linha de cuidados em hanseníase elaborada pela SESAPI /UFPI;



Fortalecer ações de vigilância epidemiológica e assistência em saúde nos municípios;



Intensificar e qualificar os profissionais da APS para a avaliação de contatos;



Realizar a busca ativa de casos de hanseníase utilizando-se estratégias inovadoras e locais diferenciados como escolas, mercados municipais, igrejas, terreiros de religiões de matriz africana, comunidades quilombolas;

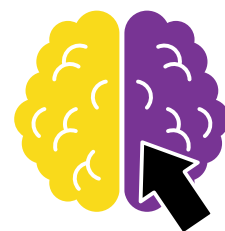




Realizar atividades e construir materiais educativos com a perspectiva regional;



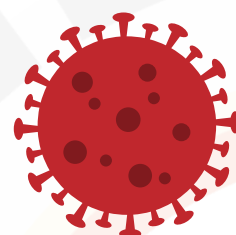
Desenvolver atividades de educação permanente para profissionais de saúde abordando estratégias de diagnóstico dos casos de hanseníase clínico e avaliação neurológica simplificada;



Rever as ações e estratégias para modificar o cenário epidemiológico da doença no Piauí juntamente com as Instituições de Ensino Superior, movimentos sociais como o MORHAN (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase) e gestores no sentido de focalizar as ações em municípios de maior incidência assim como nos municípios silenciosos;



Verificar os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as pessoas que vivenciam hanseníase e sobre a situação de saúde no Piauí.



REFERÊNCIAS



BARRETO, J. A. et al. Tendências da hanseníase após implementação de um projeto de intervenção em uma capital da Região Norte do Brasil, 2002-2016. Cad. Saúde Pública On line, v.34, n.11. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/cYSm7KhstrnQxG8phGtPtZw/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em :06 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Hanseníase no Brasil: caracterização das incapacidades físicas. 1ª edição. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial – Hanseníase 2021. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2021/boletim-epidemiologico-hanseníase-2021>. Acesso em: 02 jul. 2021.

IBGE. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA) Síntese de Indicadores Sociais Indicadores Sociais no IBGE 2018. Sis 2018, p. 1-37, 2018.

INTEGRAHANS PI. Boletim de vigilância em saúde do estado do Piauí: Hanseníase 2016. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016. Disponível em: http://www.saude.pi.gov.br/uploads/warning_document/file/353/BOLETIM_PIAUI_2016_UFPI_final.pdf. Acesso em: 02 jul. 2021.

RIBEIRO, M.D.A. et al. Estudo epidemiológico da hanseníase no Brasil: reflexão sobre as metas de eliminação. Rev Panam Salud Publica Online. v.42. 2018. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rpsp/2018.v42/e42/#>. Acesso em: 06 jun. 2021.



SOUZA, C. D. F et al. Estudo espacial da hanseníase na Bahia, 2001-2012: abordagem a partir do modelo bayesiano empírico local. Epidemiol. Serv. Saude. v. 27, n. 4, p. 1-12, 2018.

SOUZA, E.A et al. Baixo desempenho de indicadores operacionais de controle da hanseníase no estado da Bahia: padrões espaçotemporais, 2001-2014. Rev. Bras. Epidemiol. Online, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/pzVYq4BHk8rTjF8kdXFPMQF/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em :13 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Estratégia Global de Hanseníase 2021-2030 – “Rumo à zero hanseníase”. 2021b. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789290228509>. Acesso em: 02 jul. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global leprosy update, 2018: moving towards a leprosy free world. Weekly Epidemiological Record, Genebra, n. 94, p. 389-412, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326775/WER9435-36-en-fr.pdf?ua=1>. Acesso em: 06 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The global health observatory: Leprosy (Hansen disease). 2021a. Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/data/themes/topics/leprosy-hansens-disease>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Para mais informações:

Centro de Inteligência em Agravos Tropicais, Emergentes e Negligenciados

Instituto de Doenças do Sertão – Prevenção e Saúde Pública

CNPJ: 08.177.554.0001-70

Rua Governador Artur de Vasconcelos, 151

Teresina, Piauí, 64001450 / Brasil

+55 86 3222-4812

ciaten.ids@gmail.com

<http://ciaten.org.br/>



CIATEN

Centro de Inteligência em Agravos
Tropicais, Emergentes e Negligenciados

